



FÓRUM PARLAMENTAR
SOBRE ARMAS LIGEIRAS E DE PEQUENO PORTE

Declaração da política sobre as munições de fragmentação

O Conselho Executivo do Fórum Parlamentar sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, realizado de 3-4 de Maio de 2007 em Masai Mara, Quênia,

As munições de fragmentação são armas que são constituídas por cápsulas e sub munições. Elas são desenhadas para abrirem no ar médio e se espalhar amplamente em pequenas sub-munições, que muitas vezes são em dezenas e centenas de números. Elas são também libertadas da aeronave ou lançadas por uma artilharia baseada no solo. As cápsulas se abrem e sobre uma área objectiva a um metro quadrado, e dispersam grande numero de sub-munições que são desenhadas para explodir quando elas fizerem contacto

Os países ainda não alcançaram um acordo sobre uma definição clara do que constitui as munições de fragmentação, fazendo com que seja difícil regular a utilização ou mesmo implementar uma proibição sobre este tipo de armamento. A definição usada no debate das Nações Unidas vê munições de fragmentação como “ cápsulas desenhadas para dispersar ou libertar múltiplas sub-munições”,

Armamentos de fragmentação são usados na guerra por serem considerados em ser importantes quando se trata de atacar uma larga área. A produção de sub-munições é também justamente efectivo no custo. Elas são ditas serem vitais para a protecção da força e multiplicação de força. É também reivindicado que não existem alternativas viáveis para as munições de fragmentação. As soluções técnicas tais como mecanismos de auto-destruição são muitas vezes apresentados como uma solução para o problema.

A crescente critica internacional contra munições de fragmentação é relacionada ao grande risco envolvido para os civis. Segundo “ Fatal footprint” (Pegada fatal) os relatórios da Handicap Internacional, 98% das vítimas de munições de fragmentações são civis. Os estudos mostram que muitas das vítimas são crianças e homens jovens. O relatório reuniu provas para pelo menos 11,044 mortalidades de munições de fragmentação documentadas. Mas esta longe do número real que os pesquisadores estima em ser até100,000 mortalidades. Muitos dos conflitos modernos ocorrem perto dos locais urbanos e tais chamadas “ áreas de armamento” ameaçam grandes extensões com explosões que são prováveis de ter estrago particular nos civis.

Um problema de particular interesse é que as sub-munições têm uma taxa de significante queda e não explodem como se esperava. Esta situação varia mas a estimativa mais comum esta entre 10%-

15%. De acordo com o relatório “ Fatal Footprint” em alguns casos pode ascender até 80%. Como resultado elas permanecem sendo perigosas e podem explodir quando postas em contacto. As bombas produzidas em diferentes cores e formas fazem-nas especialmente atractivas ás crianças que as levam para brincar com elas. Na verdade, nos países mais afectados, a maioria das vítimas são crianças.

A ameaça contra a população tem dois aspectos; uma ameaça imediata combinada com uma ameaça pois conflito. As bombas são mais perigosas que as minas uma vez que elas são mais prováveis de causar mortes do que ferimentos. Também são mais difíceis de remover e destruir.

Muitos países reivindicam que as soluções técnicas tais como os mecanismos de auto-destruição são chaves para o problema das munições de fragmentação. Eles não reivindicam por uma proibição absoluta de armas mas por armas mais confiáveis. As reivindicações da confiança porém tem falhado consistentemente quando é testada. Do ponto de vista dos fabricantes é normalmente não lucrativo desenvolver armas seguras. E se as tecnologias de alta qualidade de munições de fragmentação estiverem disponíveis existe uma alta expectativa que aumentará o seu uso, que pode em retorno conduzir a um aumento em ambos estragos imediatos e pois conflito.

Para além dos prejuízos físicos, ferimentos e mortes causados pelas munições de fragmentação, existem várias consequências para o ambiente social, ambiental e para o desenvolvimento económico nas áreas afectadas. Depois de um ataque, os terrenos agrícolas já não podem ser cultivados, as Escolas, hospitais ou casas não podem ser reconstruídas até que uma área seja limpa.

A maioria dos países afectados pelas munições de fragmentação, estão na África, Médio Oriente, Sudoeste de Ásia e em Balças, onde os mais afectados são: Vietname, Camboja, Iraque, Laos, Kosovo e Afeganistão. O que igualmente se diz, é que 33 países produzem munições de fragmentação enquanto que: a Eritreia, Etiópia, França, Israel, Holanda, Nigéria, Rússia, Servia e Montenegro, Sudão, Reino Unido, Estados Unidos; usaram-nas. A França, Holanda, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos são os países que ambos produzem e usaram munições de fragmentação.

Os países como a Bélgica, Noruega e Áustria são os primeiros países a proibir as munições de fragmentação.

O Parlamento Europeu requer uma moratória sobre as munições de fragmentação. Já foi adoptada uma resolução sobre as munições de fragmentação e explosivos remanescentes que apela para uma moratória imediata sobre o uso, armazenamento, transferência e exportação de munições de fragmentação até que seja negociado um acordo internacional sobre a regulamentação, restrição ou proibição destes armamentos.

Diferentemente das minas terrestres, e bombas incendiárias, não existe nenhum tratado ou regras específicas que cobrem as munições de fragmentação. Também muitos países acreditam que as regras que temos hoje são insuficientes. Todavia, existe uma preocupação crescente levantada pela sociedade civil internacional sobre este tema e apela a existência de regras específicas sobre munições de fragmentação. O impacto que estes armamentos têm sobre a população civil é imenso e a lei humanitária internacional não é suficiente para lidar com o problema sem mais regras específicas.

O Comité Internacional da Cruz vermelha iniciou em 2000 um processo com o objectivo de regulamentar melhor as munições de fragmentação. As negociações foram feitas em Genebra

dentro do plano de Convenção de Armas de 1980, mas no último verão, a resistência vinda primeiramente dos Estados Unidos de América, da Rússia e da China, fez com que o debate fosse descontinuado. Em Novembro de 2003 várias ONGs começaram a duvidar que as negociações baseadas m volta da Convenção de Armas de 1980 teria qualquer efeito sobre as medidas contra munições de fragmentação. Elas então decidiram m formar uma coligação que trabalharia diante uma proibição total. A Coligação para Munições de Fragmentação tem mais de 150 membros incluindo as ONGs nacionais e internacionais.

De 22-23 de Fevereiro de 2007, foi realizado um Congresso Internacional sobre munições de fragmentação organizado pela Noruega. A Conferencia produziu um documento final que apelou por uma proibição internacional sobre munições de fragmentação, a ser implementada em 2008. A ambição é que pelo menos 150 países assinarão o tratado. Alguns países que participaram no encontro opuseram a proibição total sobre todas munições de fragmentação, reivindicando que a alta tecnologia recente de armamentos deve ainda ser permitida uma vez que já tem os mecanismos de auto-destruição e porém são considerados seguros. A Suécia sugere um regime de restrição com proibições sobre o uso nas áreas populosas e sobre certos tipos de munições de fragmentação. Os Estados Unidos de América, a Rússia e China não participaram no Congresso de Oslo. O resultado foi porém que 46 estados dos 49 que participaram a conferencia acordaram uma declaração forçando-os a um tratado que proíbe as munições que causam destruições inaceitáveis.

Porém, o objectivo deve ser a proibição ao invés da restrição e a recusa de aceitar armamento de alta tecnologia com mecanismos de auto-destruição. As munições de fragmentação de alta tecnologia ainda tem uma taxa de queda significativa e o risco do aumento do uso é alto. Uma proibição é apenas maus uma abordagem quando ela aparece a envolver nações pobres do mundo que não conseguem desenvolver munições de fragmentação de alta tecnologia. Deste modo é mais provável de se alcançar um acordo global

Objetivos

O Conselho Executivo do Fórum Parlamentar sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, realizado de 3-4 de Maio de 2007 em Masai Mara na Quénia;

Manifesta a sua solidariedade com todas vitimas civis das munições de fragmentação

Expressa sua profunda preocupação ao facto de que as munições de fragmentação estão causando grande sofrimento entre a população civil que vive perto das áreas de conflito armado; Milhões de pessoas estão sendo mortas ou feridas e o risco de mais mortes da população civil permanece por um longo tempo depois do conflito ter cessado, enquanto as munições de fragmentação colocam também uma ameaça imediata ao desenvolvimento social, ambiental e económico nas áreas onde elas são usadas;

Toma nota do facto de que ainda não existe uma convenção internacional regulamentado as munições de fragmentação; embora ainda muitos países produzam, comercializem e usem estes tipos de armamento na guerra;

Manifesta que, tendo em conta do seu efeito indiscriminado e prolongado, quando um instrumento é agora considerado por munições de fragmentação, o Fórum favorece um tratado que proíbe todas formas de munições, ao invés de apenas restringir o uso e o tipo de armamento, enquanto clarifica que uma proibição porém compromete o uso, armazenamento, produção e o tráfico de ambas munições de fragmentação baseadas em terra e no ar.

Dá boas vindas, portanto, as decisões tomadas pela Áustria, Bélgica e Noruega em lhes tornar os primeiros países a proibir as munições de fragmentação.

Exorta, nesse espírito, aos países produtores a adotarem uma moratória imediata sobre o uso, tráfico e produção de munições, enquanto clarifica que uma moratória deve incluir ambas as artilharias baseadas no solo e no ar e as então chamadas armas de alta tecnologia com mecanismos de auto-destruição;

Toma nota dos esforços realizados por vários países, seguida da sequência da declaração de Oslo, para restringir o tráfico e uso de munições de fragmentação, mas volta a apelar a crença do Fórum que tais esforços devem ser entendidos como primeiros passos diante uma proibição;

Recomenda, com o propósito de avançar sobre uma regulamentação global para que a comunidade internacional acorde urgentemente sobre uma definição sobre munições de fragmentação como “ cápsulas desenhadas para dispersar e libertar múltiplas sub-munições”;

Encoraja, a Coligação para Munições de Fragmentação como um interlocutor chave, expressão das posições da sociedade civil e fonte do conhecimento técnico;

Exorta aos membros do Fórum e outros parlamentares a trabalharem nos seus respectivos contextos diante as proibições nacionais e regionais de munições de fragmentação e, através disso, promover uma norma imediata sobre armas de fragmentação com uma ponto de vista para uma proibição; e

Mandata, o Secretario e o fórum a incluírem principalmente medidas de sensibilização sobre munições de fragmentação no programa do trabalho do Fórum.

Actualização do processo de munições de fragmentação

O processo de munições de fragmentação (também conhecido como o processo Oslo) foi lançado em Fevereiro de 2007 quando um grupo de 46 estados acordou sobre a Declaração Oslo. Esta lhes comprometeu a “finalizar um instrumento internacional em 2008 que proíbe o uso e armazenamento de munições de fragmentação que causam estragos inaceitáveis aos civis e assegura uma provisão adequada do cuidado e reabilitação dos sobreviventes e limpeza das áreas contaminadas”.

Antes das negociações finais em Dublin, houve conferências em Oslo (Fevereiro de 2007), Lima (Maio de 2007), Belgrado (Outubro de 2007), Viena (Dezembro de 2007), Wellington (Fevereiro de 2008), Livingstone, Zâmbia (Março-Abril de 2008), Dublin (Maio de 2008), a Conferência Regional de Sofia (Setembro de 2008), a Conferência Africana em Kampala (Setembro de 2008), a

Conferência Regional do Sudeste Asiático (Outubro de 2008), em Sarajevo, Bósnia-Herzegovina (Outubro de 2008), Conferência Regional em Equador (Novembro de 2008) e a Conferência Regional em Beirute (Novembro de 2008). Apesar dos debates internacionais sobre a natureza da proibição das munições de fragmentação, cada conferência trouxe o Processo de Oslo mais perto de alcançar os seus objectivos.

Em Maio de 2008 foi realizada uma Conferência Diplomática em Dublin, participada por 100 estados que adoptou a Convenção sobre as Munições de Fragmentação. O propósito foi de rever a proposta de proibição sobre as munições de fragmentação e debater profundamente alguns assuntos de desacordo.

O objectivo da Convenção é uma proibição imediata e incondicionada sobre todas munições de fragmentação que causam estragos inaceitáveis a população civil. Cada Estado membro, nunca em nenhuma circunstância usa, desenvolve, produz, adquire, armazena, retalha ou transfere munições de fragmentação, ou ajudar outro membro a fazer.

A Convenção não permite a quaisquer excepções e uma conquista significativa é que não existe provisão para um período de transição durante o qual as armas ilegais possam ainda ser usadas. A Convenção define novos padrões de assistência as vítimas e para a limpeza das áreas afectadas.

Agora que a proibição foi formalmente adoptada, os líderes do processo Oslo estão muito perto de constituir uma proibição legal, explícita sobre as munições de fragmentação. A assinatura da Convenção está planificada para se realizar em Oslo, Noruega, em Dezembro de 2008. Uma vez que 30 países rectificarem a Convenção, entrará em vigor para os signatários.

O Fórum Parlamentar congratula a todos envolvidos no processo pelo seu trabalho, e reafirma seu compromisso em apoiar a Convenção sobre Munições de Fragmentação que conduzirá a assistência efectiva para as vítimas, a limpeza das áreas afectadas e regulamentação do uso e armazenamento de munições de fragmentação.